

APRESENTAÇÃO

O Seminário Nacional de Educação Especial e o Seminário Capixaba de Educação Inclusiva, este último realizado desde 1997 pelo Fórum Permanente de Educação Inclusiva do ES (FPEI-ES), sediado no Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial do Centro de Educação da Ufes, acontecem concomitantemente, sendo considerados um evento conjunto, o qual é realizado de forma presencial e bianualmente.

O Seminário é organizado pelos membros do referido fórum que são, majoritariamente, professores e pesquisadores da Ufes, profissionais da educação do estado e dos municípios do ES, pessoas vinculadas a coletivos, movimentos sociais e entidades, tendo como objetivo central possibilitar a discussão de temas atuais sobre educação especial em âmbito nacional e internacional sem perder de vista à totalidade da educação na qual está inserida.

Dado ao seu caráter científico e social, este evento tem se configurado como disparador de mudanças na construção de um modelo de sociedade mais justa e democrática, com a participação de diferentes segmentos sociais.

O Seminário Nacional de Educação Especial e o Seminário Capixaba de Educação Inclusiva vêm contribuindo com a produção e socialização de conhecimentos em Educação Especial e com o debate sobre a inclusão na educação, especialmente, junto aos professores da educação básica, de alunos identificados na política da área como público da educação especial. Essa iniciativa tem promovido o fortalecimento da garantia do direito à educação desse público no âmbito da escola comum a todos e todas. Nesse sentido, o Fórum Permanente de Educação Inclusiva do ES oportuniza a formação de profissionais da educação básica, colocando-os em diálogo com pesquisadores da educação e da educação especial.

Ao constatar os avanços inegáveis da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), embora ainda limitados diante da complexidade da garantia do direito à educação do seu público, e diante dos riscos concretos de retrocessos de uma nova política que se avizinha em tempos de crises políticas e econômicas largamente agravadas em meio à crise sanitária por conta do Covid-19, os membros do Fórum Permanente de Educação Inclusiva do ES, em assembleia no dia três de setembro de 2019, deliberaram por debater a política de educação especial nas edições do VI Seminário Nacional de Educação Especial e XVII Seminário Capixaba de Educação Inclusiva (2020) por meio do tema: “Educação Especial como direito: pública, gratuita, laica, de gestão democrática e de qualidade socialmente referenciada”.

O objetivo das edições de 2020 dos seminários é o de defender o direito à educação pública, estatal, gratuita, laica, de gestão democrática e de qualidade socialmente referenciada a todos e todas. Na direção, temos como meta trabalhar a favor do acesso, da permanência e das condições adequadas e

necessárias aos processos de ensino-aprendizagem do público da educação especial na educação básica, nas modalidades de ensino e no ensino superior.

Reconhecemos ainda as tensões históricas no campo da educação especial que estão presentes nas concepções de educação inclusiva, no lócus do atendimento do seu público, em sua definição, na formação inicial e continuada de professores para a área, entre outras. No entanto, o deslocamento de uma perspectiva de integração escolar para a de inclusão escolar desse público nos diferentes níveis e modalidades de ensino com a garantia de recursos e apoios, por meio de seu financiamento no âmbito dos fundos da educação básica, foi fundamental para a garantia do seu direito à educação. Esse financiamento permite afastar a educação desse público de práticas de investidores sociais, que a conduzem ao assistencialismo e ao privatismo.

Nessa direção, temos como meta socializar e debater a produção de conhecimento na área de Educação Especial, destacando o compromisso público e político com a educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos, identificados como público da educação especial, nos contextos da educação básica, das modalidades de ensino e do ensino superior e, também, com a formação e as práticas pedagógicas de profissionais dos diferentes níveis e modalidades de ensino, bem como, com as políticas públicas para a referida área, visando, sobretudo, o direito à educação pela via do acesso, da permanência e da apropriação do conhecimento desse alunado, sem perder de vista os seus determinantes em uma sociedade capitalista e neoliberal.

Sonia Lopes Victor

Mariangela Lima de Almeida

Comissão Organizadora